



PLANO DE TRABALHO PARA CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO
(ANEXO I)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto: **As demandas e as percepções das trabalhadoras e trabalhadores de delivery por aplicativos no DF e Entorno (Parte II)**

2. CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO

- () Ensino
(x) Pesquisa
() Extensão
() Curso de pós-graduação
() Desenvolvimento institucional

3. TIPO DO INSTRUMENTO JURÍDICO

- (x) Contrato
() Convênio
() Acordo
() Outro: _____

4. DADOS DA INSTITUIÇÃO APOIADA

Órgão/Entidade Proponente: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	C.N.P.J: 00.038.174/0001-43			
Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO – PRÉDIO DA REITORIA - ASA NORTE				
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70910-900	Telefone: (61) 3107-2215	UG/ Cód.Gestão: 154040 / 15257
Banco Banco do Brasil - 001	Agência: 1607-1		Conta Corrente: 170.500-8	Praça de Pagamento Brasília

5. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO APOIADA

Nome: PROF.ª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA	CPF: 334.590.531-00		
CI/ Órgão Exp./ Emissão: 960.490 SSP/DF Expedição 08/07/1980	Cargo: Professora	Função: Reitora	Matrícula UnB: 145378
E-mail: unb@unb.br			

6. DADOS DO COORDENADOR

Nome: Ricardo Colturato Festi	CPF: 289579348-47
----------------------------------	----------------------

CI / Órgão Exp. / Emissão: 19.188.779-1 - SSP/SP - 30/01/2019	Cargo: Professor Adjunto	Função:	Matrícula UnB: 3154798
E-mail: ricardo.festi@unb.br	Telefone: (19) 998127772		

7. DADOS DO VICE-COORDENADOR

Nome: Berenice Alves de Melo Bento	CPF: 898 429 877 87		
CI / Órgão Exp. / Emissão: 003 866 129 (SSPRN - 13/06/2017)	Cargo: Professora Associada III	Função: Chefe de Departamento	Matrícula UnB: 1688114
E-mail: berenice.bento1@gmail.com	Telefone: (61) 99192 2525		

8. DADOS DO SUPERVISOR ACADÊMICO

Nome: Marcelo Pinheiro Cigales	CPF: 02178947042		
CI / Órgão Exp. / Emissão: 8375852 SESP. 16/07/2019	Cargo: Professor Adjunto	Função: Vice-Coordenador do PPGSOL	Matrícula UnB: 1127187
E-mail: marcelo.cigales@gmail.com	Telefone: 61 8343-4231		

9. DADOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO

Tipo: () Público (X) Privado	2 – Nome / Razão Social: Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC		3 - CNPJ: 37.116.704/0001-34	
Endereço sede (Av., Rua, Nº, Bairro): Campus Universitário Darcy Ribeiro – Av. L3 Norte – Ed. Finatec – Asa Norte				
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70.910-900	(DDD) Telefone: (61) 3348-0400	(DDD) FAX:
Nome do Representante Legal: AUGUSTO CÉSAR DE MENDONÇA BRASIL	CPF: 187.412.582-15			
CI/ Órgão Exp./ Emissão: 3.229-092 PC/PA - 19/12/2018	Cargo: Diretor-Presidente			
Nome do responsável pelo Projeto na Fundação: Gustavo Abrantes Condeixa	CPF: 828.753.831-91			
CI/ Órgão Exp./ Emissão: 3153226/ DGPC-GO / 10/08/1998	Cargo: Superintendente			

10. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Período de Execução	
	Início:	Término:
As demandas e as percepções das trabalhadoras e trabalhadores de delivery por aplicativos no DF e Entorno (Parte II)	Data da assinatura do contrato	12 meses a partir da data da assinatura do contrato.
Valor Total: R\$ 175.816,25		
Objetivos (Geral e Específicos): Estima-se que no Brasil exista ao redor de 1,1 milhão de motoristas de aplicativos, segundo dados coletados pela PNAD no segundo trimestre de 2019 (IBGE, 2019). A CUT calculou, usando desta mesma fonte de pesquisa, que haveria no país cerca de 13,7 milhões de motoristas de aplicativos e entregadores. No Distrito Federal, segundo o Sindicato dos Motociclistas Profissionais (Sindmoto-DF), existiam na capital entre 10 e 15 mil <i>motoboy</i>s e <i>motogirl</i>s circulando nas ruas durante a pandemia do Covid-19. Quantos aos motoristas de aplicativos, estima-se ao redor de 46 mil na capital federal. A imprecisão dos dados se deve às dificuldades das pesquisas e os órgãos de controle em mensurar essas categorias que se apresentam extremamente fluidas e marcadas pela informalidade, pelo trabalho como renda complementar ou o subemprego. No entanto, com o cruzamento de diversas fontes, é possível chegar a números aproximados. A pesquisa especial criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Covid-19, que teve como focos as áreas do trabalho e da saúde, realizada com periodicidade mensal de maio a novembro de 2020, produziu um conjunto de dados que permite encontrar um número aproximado da quantidade de entregadores por aplicativos e seus perfis. Assim, em novembro de 2020, existiriam no Brasil cerca de 976.350 <i>motoboy</i>s e entregadores de mercadorias (de restaurantes, de farmácia, de loja, UberEats, iFood, Rappi etc.). Aqueles que se declararam trabalhar sem carteira assinada, que melhor se aproxima do perfil de entregadores por aplicativos, somariam 678.527 <i>motoboy</i>s e entregadores (LAPA, 2021). No DF, a PNAD – Covid-19 registraria 7.504 entregadores em novembro de 2020. Como é possível perceber, trata-se de uma categoria cujos estudos e pesquisas ainda são incipientes. Sabe-se que é uma categoria que possui longas jornadas de trabalho, nenhum direito trabalhista e cuja remuneração é extremamente flexível. Ademais, está em curso atualmente discussão no âmbito do governo federal no sentido de regulamentar a relação empregatícia desses trabalhadores com as plataformas digitais. É preciso, para isso, mais estudos e pesquisas no sentido de compreender as demandas e percepções desses trabalhadores. Tendo em vista esse cenário, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar e refletir sobre as demandas e percepções dos/as trabalhadores/as de delivery de aplicativos sobre suas condições de trabalho. Para tanto, será utilizada uma triangulação metodológica, tendo as entrevistas em profundidade e a aplicação de uma web survey de amostragem significativa no DF e Entorno como fundamentais para a produção de dados primários para o nosso estudo. Nossa hipótese de pesquisa que os trabalhadores de delivery de aplicativos percebem que estão em uma situação de precariedade laboral, no entanto, temem que a regulação do seu trabalho representa uma piora da sua condição atual ao mesmo tempo em que buscam por melhor remuneração e manutenção da flexibilização das suas horas de trabalho. Busca-se contribuir com debate da formulação de políticas públicas e regulamentação do trabalho em plataformas digitais no sentido de diminuir a precariedade das condições de trabalho nessas empresas-plataformas. Objetivos Gerais: Este projeto de pesquisa tem como objetivo principal compreender os processos de transformação do mundo do trabalho provocados pela plataformação e a aceleração desses processos durante a pandemia de Covid-19 por meio do conhecimento das demandas e percepções dos/as trabalhadores/as de delivery de aplicativos sobre suas condições de trabalho como também a partir do estudo das principais propostas de regulação do trabalho em plataformas digitais em debate na atualidade. Objetivos específicos: Serão nossos objetivos específicos responder às seguintes questões: • Quem são, como pensam e como agem os/as “novos/as trabalhadores/as” que surgem das transformações tecnológicas no mundo do trabalho? • Como são as condições de trabalho deste/a “novo/a proletariado/a” e quais são seus padrões de estruturação de gênero, racial e etário e suas implicações? • Quais são os impactos do trabalho por aplicativos na qualidade de vida do/as trabalhador/a? • Que rumos constroem para o trabalho quando se considera a mudança provocada pelas plataformas digitais conjugada às medidas recentes de rebaixamento de proteções aos direitos trabalhistas? • Que elementos novos este quadro aporta ao debate sobre a desprofissionalização e flexibilização do trabalho em suas diversas dimensões (formas de trabalho, vínculos laborais, jornadas, salários, etc.)? • Em que medida tais novos paradigmas trazem à tona, de forma refigurada, situações laborais pretéritas? • Como pensam os/as trabalhadores/as em plataformas digitais com relação às suas condições de trabalho e vida? • Quais as fronteiras entre trabalho e lazer, flexibilidade e subordinação?		

- Quais propostas de regulação do trabalho em plataformas digitais são mais aceitas pelos/as trabalhadores/as de *delivery* no DF e entorno?
- Por fim, quais desafios a teoria social enfrenta para compreender este novo mundo do trabalho da era digital?

Justificativa do Projeto:

A nova fase da automação digital e da gestão algorítmica têm produzido uma reorganização da divisão internacional do trabalho, com a aceleração do processo de *deslocalização* (*deslugarização*), com modalidades como o trabalho remoto ou o *nomadismo digital*. As novas TICs criaram várias formas de *empregos deslocalizáveis* ou *trabalhos deslocalizáveis*, ou seja, que podem ser exercidos em qualquer lugar do planeta. Assim, o empregador pode decidir enviar “os empregos para as pessoas ou de trazer as pessoas até os empregos” (HUWS, 2017, p. 234). Um exemplo disso são as modalidades de *crowdsourcing* ou os de *microtrabalho* (microtarefas), isto é, plataformas digitais como a Amazon Mechanical Turk que organizam uma multidão de internautas para executar tarefas que a Inteligência Artificial não é capaz de realizar, como a qualificação, filtragem ou eliminação de conteúdos desagradáveis das redes sociais, por exemplo (CASILLI, 2019). Essas modalidades levaram o princípio da divisão das tarefas no taylorismo ao extremo, diminuindo ao máximo os “tempos mortos”. Ao externalizar (subcontratar) um conjunto de tarefas específicas, a produtividade se eleva muito acima que se ela fosse realizada dentro de uma única empresa (em particular, pois são extremamente monótonas para serem realizadas por uma única pessoa) (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2018; LAGERIE; SANTOS, 2019).

No estudo de Nasom-Tissandier e Sweeney (NASOM-TISSANDIER; SWEENEY, 2019) sobre os litígios envolvendo as plataformas digitais na França, as autoras identificaram duas questões fundamentais referentes ao debate jurídico. A primeira se relaciona com os litígios comerciais acerca das responsabilidades dessas empresas sobre os serviços oferecidos. Em sua grande maioria, elas buscam vias de não se responsabilizarem, afirmando-se como simples intermediárias “neutras” nas relações entre o cliente e o trabalhador. Além disso, tentam se classificar como empresas digitais e não dos ramos de serviços que prestam (transporte, *delivery*, hoteleiro etc.). Como consequência, estas empresas acabam contribuindo menos para os sistemas fiscais locais e nacionais onde estão atuando. Nesse sentido, será também nosso objeto de preocupação compreender o quanto a digitalização da economia acaba por reforçar um regime de austeridade e déficit das contas públicas.

A segunda questão importante concerne ao status social daqueles que oferecem os seus serviços nessas empresas. O embate jurídico-político ocorre em definir se esses trabalhadores deveriam ser enquadrados como assalariados das plataformas - estabelecendo-se, dessa forma, uma relação de emprego entre eles – ou como autoempreendedores ou mesmo independentes. O fato é que “o modelo econômico das plataformas digitais implica em recorrer somente aos trabalhadores independentes, excluídos das legislações nacionais do trabalho” (NASOM-TISSANDIER; SWEENEY, 2019, p. 82).

Em pesquisa que realizamos em Brasília, entre 2020 e 2021, vários trabalhadores de *delivery* em plataformas digitais nos relataram que, após a decretação da pandemia da Covid-19 e devido a deterioração do cenário socioeconômico com o acréscimo do desemprego e da informalidade, houve um aumento da quantidade de entregadores trabalhando para os aplicativos, o que acabou por produzir uma queda relativa nos rendimentos destes e um aumento da quantidade de horas trabalhadas.

O crescimento desses segmentos foi acompanhado pelo aumento da organização sindical e política e com a realização de protestos e manifestações de rua. Entre os entregadores, já existe um sindicato consolidado que se dedica aos motoboys e motogirls e uma associação de entregadores por aplicativos foi criada em 2020 (AMAE-DF). Os motoristas são assistidos pelo Sindicato dos Motoristas Autônomos de Transporte Privado Individual por Aplicativos (Sindmaap).

Durante o ano de 2020 e 2021, presenciamos a eclosão de uma série de manifestações de entregadores de aplicativos, dentre elas as paralisações nacionais intituladas de Breque dos APPs, que apresentou uma série de reivindicações político-sindicais e evidenciou as condições precárias de trabalho desse setor. Por exemplo, no DF, uma das principais pautas de reivindicação foi a de criação de pontos de apoio para os entregadores/as poderem descansar, almoçar, recarregar o celular, fazer suas necessidades fisiológicas etc. Esta questão evidencia o quanto a conflitividade deste setor de trabalhadores/as precarizados, plataformizados/uberizados, acabou por se dirigir não apenas às empresas que os “contratam”, mas também ao poder público local, estadual e nacional. Trata-se, portanto, de novas conflitividades e necessidades de regulação que transcende a esfera do trabalho e atinge, neste caso, as políticas urbanas.

Existem atualmente 61 projetos de lei na Câmara Federal e no Senado Federal abordando múltiplos aspectos desse tipo de trabalho, mas focados principalmente em três eixos: atenuar a situação dos entregadores durante a pandemia (distribuição de equipamentos de segurança, seguro acidente, ajuda financeira por afastamento em decorrência de infecção por Covid-19); regular as relações de trabalho, seja por meio de um marco regulatório ou alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas; e garantir direitos trabalhistas como afastamento remunerado e previdência social (SOARES, 2023). Discute-se no Governo Federal uma proposta de regulação do trabalho em plataformas digitais. Até o momento, as cartas divulgadas pelas entidades representativas dos trabalhadores de *delivery* apontam para várias e distintas tendências: estabelecimento de vínculo celetista por tempo indeterminado com salário mínimo ou piso da categoria, enquadramento como autônomo ou conta própria; vínculo celetista na modalidade contrato intermitente, dentre outros.

O nomadismo digital se distingue do trabalho remoto no sentido tradicional e mais estrito, como é o caso do teletrabalho, pois o nômadas digitais “procuram usufruir de liberdade de localização, quer em termos de trabalho, quer em termos de residência, podendo alternar com regularidade a sua residência e o local (país ou região) a partir do qual prestam a sua atividade remotamente, envolvendo muitas vezes prestação de trabalho entre países diferentes” (REPÚBLICA PORTUGUESA, 2021, p. 63–64).

Resultados Esperados: (descrever sucintamente)

- 1) Fomentar pesquisas no âmbito da sociologia e outras áreas de saberes que tenham como foco as transformações recentes ocorridas no mundo do trabalho com o advento de novas tecnologias, refletindo acerca das novas condições e sentidos do trabalho na era digital.
- 2) Produzir intercâmbios de ideias e pessoas entre o Departamento de Sociologia e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília e instituições de reconhecida excelência acadêmica em Portugal e na França. Também será objetivo aprofundar relação com outras áreas e departamentos da universidade. Dessa forma, buscar-se-á fomentar parcerias e intercâmbios institucionais nesse domínio de pesquisa por meio de convênios, formação de rede de pesquisa e realização de eventos.
- 3) Alçar a Universidade de Brasília, por meio de seu Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como uma referência nacional em uma área de ampla internacionalização, projetando as pesquisas já realizadas em seu ambiente para outros contextos.
- 4) Diagnosticar o estado da arte sobre as novas configurações do mundo do trabalho, auxiliando na pesquisa em curso e na disseminação do saber por meio de disciplinas, oficinas, seminários e outras atividades oferecidas no âmbito da UnB e outras instituições.
- 5) Apontar soluções e propostas para o debate acerca dos impactos das novas modalidades de trabalho na era digital, em particular a plataformação. Buscar-se-á, com isso, acompanhar as discussões no legislativo e executivo do DF e do país sobre a regulação do trabalho em plataformas digitais.
- 6) Aferir o quanto a pandemia de Covid-19 repercutiu sobre o processo em curso de mutação nas relações de trabalho.
- 7) Realizar ampla divulgação científica dos resultados parciais e finais desta pesquisa por meio de relatórios científicos, publicações na forma de artigos em periódicos científicos e de capítulos de livros, além de apresentação de *papers* em eventos científicos.
- 8) Formação e envolvimento de estudantes de graduação nas técnicas de pesquisa por meio de Bolsa de Iniciação Científica. Aproximação dos discentes da graduação da pós-graduação.
- 9) Aportar para a organização de atividades na forma de oficinas e mesas-redondas no Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho que ocorrerá em setembro de 2023 na cidade de Brasília, entidade na qual o coordenador deste projeto é diretor e uma das professoras é sua presidente.
- 10) Esta pesquisa resultará em diversas produções de Iniciação Científica, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e trabalhos de pós-doutorado.
- 11) Construção de um site para o projeto de pesquisa, onde serão divulgados os resultados parciais e finais, além de servir como banco de dados. Também conterà um Observatório de análise dos dados estatísticos acerca do objeto de pesquisa deste projeto divulgados por fontes oficiais, o que possibilitará projeção nacional e internacional para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, tendo em vista que se trata de um tema de grande relevância internacional na atualidade.

QUADRO – Relação da Equipe

Nome	Matrícula ou CPF
Ricardo Colturato Festi	1128108
Berenice Alves de Melo Bento	1688114
Marcelo Pinheiro Cigales	1127187
Tábata Berg	23175
Abel Santos	CPF: 031200791- 46
Alceu Fernandes da Costa Neto	22000433

Amanda Evelyn Lopes da Silva 190023791

Aristóteles de Almeida Silva 200056018

Brenna de Araújo Vilanova 200057103

Bruno Sprovieri Togni 200015737

Caio Henrique Fiuza Moreira 211016630

Cícero Muniz Brito 20/0056077

João Pedro Inácio Peleja 220005435

João Vítor de Araújo Coêlho 200029762

Kethury Magalhães dos Santos 220003807

Laura Valle Gontijo 220005524

Matheus Rolim Florentino de Paiva 220004013

Nicolle Wagner da Silva Gonçalves 222107466

Raphael Santos Lapa 200056107

Suzi Cristina Paiva de Moura 211016541

Artur Cunha Crispim 231005699

Jeniffer Cardoso Ferreira 190014962

A definir

A definir

11. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Apoiar o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa de interesse da UnB, intitulado “**As demandas e as percepções das trabalhadoras e trabalhadores de delivery por aplicativos no DF e Entorno (Parte II)**”, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desse projeto.

12. ATRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (CONTRATANTE)

- a. Disponibilizar os recursos para a execução do projeto;
- b. Permitir à CONTRATADA o acesso a instruções, que sejam indispensáveis à execução deste contrato;
- c. Acompanhar, supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução do projeto apoiado;
- d. Examinar e aprovar as notas fiscais/faturas, referentes ao cumprimento do objeto e projeto básico, parte integrante deste Contrato;
- e. Receber os serviços ora contratados, após o cumprimento da obrigação;
- f. Exercer o controle e a fiscalização a que se referem o inciso II do artigo Art. 3º-A da Lei nº 8.958/1994;
- g. Elaborar relatório final, nos termos do § 3º, do art. 11, do Decreto nº 7.423/2010.

13. ATRIBUIÇÕES DA FUNDAÇÃO DE APOIO (CONTRATADA)

O Apoio da FINATEC à execução do Projeto envolve a gestão administrativa e financeira dos recursos; abertura de conta bancária específica para movimentação dos recursos; aplicação dos recursos no mercado financeiro; aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento do Projeto; controle e pagamento das despesas geradas com a execução do Projeto; controle dos bens duráveis adquiridos para o Projeto; elaboração de relatórios parciais e finais; elaboração de prestação de contas comprovando a aplicação dos recursos em conformidade com o plano de trabalho; recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência da execução do Projeto; arquivamento e guarda dos documentos (administrativos, contábeis, fiscais) gerados durante a execução do Projeto e outras atividades de gestão que se façam necessárias à perfeita execução do objeto do Contrato.

14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Descrição	Indicador Físico	Duração	
			Início	Término
1	Levantamento bibliográfico e leitura dos textos relativos ao trabalho de delivery por plataformas digitais; Sistematização e definição dos conceitos	Relatório Final da Pesquisa	Mês 01	Mês 10
2	Observação participante	Relatório final da pesquisa	Mês 1	Mês 11
3	Análise de <i>web survey aplicada</i> na primeira fase da pesquisa	Relatório final da pesquisa	Mês 01	Mês 06
4	Realização de entrevistas semiestruturadas	Relatório final da pesquisa	Mês 01	Mês 10
5	Realização de Grupos Focais	Relatório final da pesquisa	Mês 03	Mês 07
6	Disseminação dos resultados do projeto	Publicação de artigos científicos e apresentação de trabalhos	Mês 03	Mês 12

15. PLANO DE APLICAÇÃO

ANEXO I - Plano de Aplicação	
RECEITAS	
A - Total de Receitas	R\$ 175.816,25
DESPESAS	
Especificação	Valor Total (R\$)
Auxílio Financeiro a Pesquisador	R\$ 161.225,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 14.591,25
B - Total de Despesas	R\$ 175.816,25

16. DETALHAMENTO DE DESPESAS

ANEXO II - Detalhamento de Despesas

Auxílio Financeiro a Pesquisador						
ITEM	Beneficiário	Modalidade	Quant.	Período	Valor unit.	Valor total
1	Ricardo Colturato Festi - 1128108	Pesquisador Sênior C	1	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
2	Tábata Berg - 091.968.076-36	PD&I B	1	6	R\$ 6.500,00	R\$ 39.000,00
3	Laura Valle Gontijo - 22/0005524	PD&I C	1	12	R\$ 3.550,00	R\$ 42.600,00
4	Estudante a ser selecionado	PD&I D	1	5	R\$ 1.525,00	R\$ 7.625,00
5	Kethury Magalhães dos Santos	PD&I D	1	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
6	Estudante a ser selecionado	PD&I D	1	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
Subtotal						R\$ 161.225,00

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
ITEM	Descrição	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	Despesas operacionais e administrativas da FINATEC + Encargos - ISS (CNPJ: 37.116.704/0001-3)*	1	R\$ 14.591,25	R\$ 14.591,25
Subtotal				R\$ 14.591,25

* Valor da DOA incluindo o percentual de 5% (cinco por cento) R\$ 729,56 sobre o valor da nota fiscal a ser emitida pela FINATEC a ser recolhido pela Universidade de Brasília.

B - Total de Despesas	R\$ 175.816,25
-----------------------	----------------

17. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO: UNB – FUNDAÇÃO DE APOIO (R\$ 1.00)

Parcelas	Mês após a assinatura	Valor (R\$)
1ª	Mês 1	R\$ 175.816,25
Total: R\$ 175.816,25		

Este documento deverá ser assinado por:

- Coordenador(a) do Projeto na UnB ou Gestor(a) do Projeto UnB ; e
- Representante Legal da Fundação de Apoio.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Colturato Festi, Professor(a) de Magistério Superior do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais**, em 05/08/2024, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11522221** e o código CRC **48F95816**.